



Pontifícia  
Universidade  
Católica do  
Rio de Janeiro

**Gabriel Cabral Achcar Soares**

**Entre a Paz e a Tutela: a presença da UNIFIL e os desafios da  
soberania libanesa**

**Trabalho de conclusão de curso**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Instituto de Relações Internacionais da  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de  
Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para  
obtenção do título de bacharel em Relações  
Internacionais.

Orientador: Paula Drumond

Rio de Janeiro  
Dezembro de 2025

Para todos aqueles que vivem, se esforçam e viraram símbolos  
de resistência em nome da verdade, nunca serão esquecidos ou  
apagados da história dos povos explorados e oprimidos do  
mundo

## Agradecimentos

Em primeiro lugar e sempre, aos meus pais, Kissila e Alexandre, e a minha irmãzinha, Alice, os pilares do meu ser e meu maior suporte para esse sonho que vivi durante esses quatro anos de graduação. À Lidiana, Jaime Junior, David Felipe e a muitos outros membros familiares tanto por parte de pai quanto por parte de mãe que amo e venero desde que me conheço como gente. Em especial, aos meus avós paternos, Suely e Sebastião, os maiores apoiadores de tudo que escolhi para ser na vida, desde aprender árabe até o sonho da diplomacia.

Aos meus amigos e amigas queridos e irmãos e irmãs que a Pontifícia e a vida me presentearam durante a graduação: Gaio Miller, Tales Bruno, Felipe Benetti, Joaquim Chavez, Gabriel Viveiros, Antônio Britto, Bernardo Dinucci, Arthur Menezes, João Amorim, Luiza Simões, Ana Clara Yumi, Samia Abinar, Giulia Sassone, Izadora Levi Roque e Maria Eduarda de Sales Paiva. Além de carinhas antigas que a Pontifícia reuniu novamente: Pedro Manso e Carolina Calvet. Às amizades de outros cursos que fiz no CARI e na Atlética, o meu muito obrigado, vocês fizeram parte e continuaram presentes em cada pedaço do meu ser.

Aos meus companheiros de coro do ASV, que todas as segundas feiras me ajudavam a espairecer de toda a correria que foi essa conclusão de curso. A água da minha vida.

Aos meus mestres da vida, desde o Colégio São Vicente de Paulo: Luís Gauí, Maria Concetta (Conchinha), Dione, Luís Octávio, Maurício Krause, Débora Finamore, Raphael Kapa, Thiago Judice, Cadu, José Assumpção e a todos que me seguiram em minha formação como agente de transformação social e marcaram completamente a minha vida. Aos meus mestres da Pontifícia, em primeiro lugar, à minha orientadora Paula Drumond, ao qual me ajudou em todas as minhas dúvidas e dificuldades na composição desse trabalho e aos muitos professores do IRI que sempre me estigaram a saber e entender o que é ser um internacionalista: Márcio Scalercio, Fernando Maia, Ricardo Oliveira, Maria Elena, João Daniel, Victoria Santos, Paula Sandrin, Alexandre dos Santos e muitos outros mais. Aos meus mestres do Departamento de História: Leonardo e Crislayne Alfagali, responsáveis por ajudar um internacionalista a entender o mundo pelo olhar de um historiador. Por vocês, a verdade e o acesso a ela serão meus objetivos pelo resto de minha vida.

Por fim, gostaria de agradecer a minha maior paixão desde que me conheço como tal: ao Clube de Regatas do Flamengo, tetracampeão da Copa Libertadores da América, se tornando o maior campeão brasileiro da competição, e nove vezes campeão brasileiro. A força da natureza que mais trouxe felicidade em toda a minha vida, sendo algo inimaginável

deixar em branco a coincidência do momento mais feliz de sua história acontecer durante o momento mais feliz da minha vida acadêmica. Nada é impossível.

## **Resumo**

**SOARES, Gabriel Cabral Achcar.** **Entre a Paz e a Tutela: a presença da UNIFIL e os desafios da soberania libanesa.** Rio de Janeiro, 2025. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O Líbano é um país historicamente marcado por interferências externas e por uma complexa estrutura política baseada em divisões sectárias. Desde o fim do domínio otomano e o início do Mandato Francês, sua formação estatal esteve ligada a interesses geopolíticos estrangeiros e à consolidação de um sistema confessional que institucionalizou desigualdades internas. A partir da década de 1970, a presença de refugiados palestinos e das bases da Organização pela Libertação da Palestina (OLP) agravou as tensões internas e atraiu novos atores regionais, culminando na Guerra Civil Libanesa (1975) e na invasão israelense de 1978. Neste contexto, foi criada a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), inicialmente concebida como missão temporária. Com o tempo, sua atuação tornou-se permanente, moldando a dinâmica política e de segurança do país. Este *policy paper* analisa o impacto da UNIFIL ao longo de seus 47 anos de atuação (1978–2025), refletindo sobre os limites e contradições das operações de paz em contextos de vulnerabilidade política. Busca-se avaliar o papel pacificador da missão e suas interfaces com interesses internacionais, bem como suas implicações para a soberania libanesa e para o debate sobre o futuro das missões de paz da ONU.

## **Palavras-chave**

Líbano; UNIFIL, ONU, Operações de Paz; Soberania; Intervenção Internacional

## **Abstract**

**SOARES, Gabriel Cabral Achcar. Entre a Paz e a Tutela: a presença da UNIFIL e os desafios da soberania libanesa.** Rio de Janeiro, 2025. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Lebanon is a country historically marked by external interference and a complex political structure based on sectarian divisions. Since the end of Ottoman rule and the beginning of the French Mandate, its state formation has been linked to foreign geopolitical interests and the consolidation of a confessional system that institutionalized internal inequalities. From the 1970s onwards, the presence of Palestinian refugees and the bases of the Palestine Liberation Organization (PLO) exacerbated internal tensions and attracted new regional actors, culminating in the Lebanese Civil War (1975) and the Israeli invasion of 1978. In this context, the United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL) was created, initially conceived as a temporary mission. Over time, its actions became permanent, shaping the political and security dynamics of the country. This policy paper analyzes the impact of UNIFIL throughout its 47 years of operation (1978–2025), reflecting on the limits and contradictions of peacekeeping operations in contexts of political vulnerability. This study seeks to evaluate the peacekeeping role of the mission and its interfaces with international interests, as well as its implications for Lebanese sovereignty and for the debate on the future of UN peacekeeping missions.

## **Keywords**

Lebanon; UNIFIL; UN; Peacekeeping Operations; Sovereignty; International Intervention

# **Sumário**

<b>1. Introdução .....</b>	<b>2</b>
<b>2. Contexto Histórico</b>	
2.1. Mandato Francês ao Estado Independente .....	4
2.2. Invasão Israelense e a Consolidação da Presença Internacional .....	7
2.3. Um Estado Fragmentado e a Presença "Permanente" da ONU .....	8
<b>3. A UNIFIL</b>	
3.1. Mandato, Estrutura e Fases da Missão .....	8
3.2. Os Desafios Operacionais no Terreno .....	9
3.3. Cooperação e Tensões com o Estado Libanês .....	11
<b>4. Paz sob Tutela</b>	
4.1. Resultados e Contradições da Presença Internacional .	13
4.2. A Missão e a Política Interna Libanesa .....	15
4.3. Soberania, Dependência e o Futuro da Presença Internacional .....	17
<b>5. Recomendações.....</b>	<b>19</b>
<b>6. Conclusão.....</b>	<b>22</b>
<b>7. Referências .....</b>	<b>24</b>

*“Se você quiser, eu danço com  
você/ Meu nome é nuvem, pó, poeira,  
movimento/ O meu nome é nuvem/  
Ventania, flor de vento, madrugada/  
Eu danço com você o que você  
dançar”*

Lô Borges; Ronaldo Bastos, *Nuvem Cigana*, 1982

## **1. Introdução**

Desde o domínio otomano (1516 - 1918) até o Mandato Francês (1920 - 1943), passando por diversas e sucessivas intervenções militares tanto regionais quanto internacionais, o Líbano experimentou das mais variadas formas de ingerência externa sobre sua soberania. Com um histórico de tutelas e interferências externas, o país recebeu, em 1978, a presença da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), que permanece em território libanês até os dias atuais. Não mais que apenas um mero capítulo na história da ONU, a presença da missão se constituiu como parte da paisagem política e securitária do sul libanês, se tornado a operação de paz mais longevidade em território árabe.

O nascimento da UNIFIL ocorreu durante o contexto da invasão israelense ao sul do Líbano durante a Operação Litania entre março e junho de 1978. Por meio da criação das Resoluções 425 e 426 do Conselho de Segurança (CSNU), foi determinado o envio de uma força multinacional, composta por aproximadamente 6.000 soldados de seis nacionalidades diferentes, com três mandatos centrais: confirmar a retirada israelense, restaurar a paz e a segurança internacional e auxiliar o governo libanês a restabelecer sua autoridade. Embora o próprio nome da missão contenha a palavra “interina”, a missão permanece ativa até os dias de hoje, quatro décadas após sua criação, levantando questões críticas sobre o seu caráter temporário do grau de dependência do Estado libanês em relação à ONU para administração da segurança em parte de seu território.

A UNIFIL é considerada um exemplo claro de operação pela manutenção da paz tradicional, voltando à contenção de conflitos e à prevenção de escaladas militares entre Israel e Hezbollah. Tal visão é, contudo, frequentemente criticada por não levar em conta as assimetrias de poder que estruturam as operações de paz. Questiona-se, portanto, se a missão realmente cumpre seu papel de promover uma paz sustentável e inclusiva, capaz de fortalecer a autonomia local e a soberania do país. Nesse sentido, é necessário questionar se a UNIFIL estaria atuando como um instrumento de tutela internacional, estabilizando o conflito sem pensar nos arranjos e nas transformações das causas estruturais.

O presente Policy paper tem como objetivo analisar o impacto dos 47 anos de UNIFIL em território libanês e quais são os limites e as contradições de suas ações durante seu mandato.

Esta pesquisa é especialmente relevante devido à situação de tensão contínua no Sul do Líbano, especialmente após os choques de 2006 entre Israel e o Hezbollah, além dos conflitos esporádicos que seguem ocorrendo na região. No mesmo ano, a Resolução 1701 ampliou o

mandato da UNIFIL, exigindo o desarmamento de grupos e milícias armadas não-estatais ao sul do Rio Litânia - algo ainda não implementado nos dias atuais. Consequentemente, a UFINIL e seu mandato se prolonga de forma indefinida, ultrapassando o seu papel inicial de cessar-fogo e começando a se envolver em questões de soberania e de controle territorial. No âmbito prático, este *policy paper* propõe ampliar o debate sobre soberania e autodeterminação no Oriente Médio, questionando a efetividade e legitimidade dessas operações com caráter prolongado.

O trabalho será dividido em quatro seções, além desta introdução. A primeira seção apresenta o contexto libanês, desde a formação do Estado moderno e a consolidação do sistema confessional sob influência externa. Será também abordado e explorado as causas e desdobramentos da Guerra Civil Libanesa, o contexto do surgimento da UNIFIL, em 1978, e o papel da ONU nas tentativas de estabilização do país a partir disso. A segunda seção analisará o papel da UNIFIL, apresentando as resoluções do Conselho de Segurança que instituíram e reformularam o mandato da UNIFIL, suas funções e transformações durante as décadas de sua atuação. Serão destacados e analisados os limites da missão diante da instabilidade política libanesa, dos atritos e conflitos com Israel e da presença de atores armados não-estatais. Também serão examinadas as relações da UNIFIL com o governo e com as Forças Armadas Libanesas, incluindo críticas sobre a dependência institucional e a sobreposição de responsabilidades. Na terceira seção, serão analisados os impactos e implicações da atuação da UNIFIL para a soberania libanesa, pontuando os efeitos positivos e negativos, tanto na contenção de conflitos quanto na limitação de autonomia nacional, além de discutir a influência da presença prolongada da missão nas dinâmicas internas, principalmente em relação ao Estado libanês, o Hezbollah e as comunidades locais. Serão também examinados os dilemas da política e por fim, o estudo propõe reflexões sobre caminhos para uma paz sustentável e autônoma no Líbano. Concluindo, serão retomadas as principais análises desenvolvidas, evidenciando o caráter ambíguo da presença internacional, ao mesmo tempo sendo essencial para a estabilidade e restritiva à plena soberania nacional. Ainda serão apresentadas recomendações e perspectivas voltadas tanto à atuação futura da ONU quanto ao fortalecimento institucional do Estado libanês.

## 2. Contexto Histórico do Líbano

### 2.1. Do Mandato Francês ao Estado independente

O atual Estado libanês tem suas origens no período do Mandato Francês, estabelecido após a Primeira Guerra Mundial. A partir de 1920, a França criou o Estado autônomo do Grande Líbano, colocando-o sob sua tutela. Essa ação foi respaldada pelo artigo 22 do Pacto da Liga das Nações, que declarava:

Às colônias e territórios que, como consequência da última guerra, deixaram de estar sob a soberania dos Estados que os governavam anteriormente e que são habitados por povos que ainda não são capazes de se manterem sozinhos sob as condições árduas do mundo moderno, deve ser aplicado o princípio de que o bem-estar e o desenvolvimento de tais povos constituem uma responsabilidade sagrada da civilização e que as garantias para o cumprimento dessa responsabilidade devem ser incorporadas neste Pacto.

O melhor método para dar efeito prático a esse princípio é que a tutela desses povos seja confiada a nações avançadas que, em razão de seus recursos, experiência ou posição geográfica, possam melhor assumir essa responsabilidade e que estejam dispostas a aceitá-la, e que essa tutela seja exercida por elas como mandatárias em nome da Liga. (LIGA DA NAÇÕES, 1919)

Essa decisão incorporava regiões predominantemente muçulmanas - como Trípoli e Sido - ao antigo Monte Líbano, de maioria cristã maronita (MAKDISI, 200, p.23). Com esta engenharia territorial, se pretendia equilibrar o poder entre as comunidades religiosas e, ao mesmo tempo, consolidar a influência francesa sobre a região, assim como criar um espaço político-cultural alinhado com o Ocidente capitalista.

A política francesa reforçou a fragmentação sectária ao instituir uma estrutura administrativa baseada em identidades confessionais, o que viria a se consolidar e a se tornar no sistema político confessional. Neste sistema, religião e política são unidas em uma só e a distribuição de poder político e institucional é realizada proporcionalmente entre as comunidades religiosas. O Mandato Francês adotou, contudo, medidas que privilegiavam as elites cristãs, em especial as maronitas, enquanto marginalizam as comunidades muçulmanas, aos quais mantinham laços econômicos e culturais com a Síria. Assim, o Líbano nasceu como

um Estado artificialmente plural, cuja sua legitimidade era medida pela presença estrangeira e por arranjos de equilíbrio precário entre grupos (SALIBI, 1988, p.106).

Consequentemente, o Mandato Francês não apenas institucionalizou as divisões sectárias, mas também “inventou” um novo modelo de coexistência nacional baseado na diferença. O sectorismo foi reinventado como um modelo de governança e um discurso de modernidade (MAKDISI, 2000, p.5). Assim, o Estado libanês emergiu simultaneamente como um símbolo de pluralismo e de dependência colonial, fazendo desta ambiguidade estrutural decisiva para se modelar todas as suas crises subsequentes.

A independência formal, conquistada em 1943, não foi uma definição para a ruptura com este arranjo. O Pacto Nacional, um acordo não escrito responsável pela criação do estado multiconfessional libanês estabelecido entre as elites cristãs e muçulmanas, consagrou a distribuição de poder segundo critérios religiosos: o presidente deveria ser maronita, o primeiro-ministro sunita e o presidente do parlamento sendo xiita. Embora este pacto tenha assegurado a estabilidade inicial pós-independência, se consolidou uma lógica sectária como princípio fundador da política libanesa (TRABOULSI, 2012, p.115).

Durante as décadas de 1950 e 1960, o Líbano, agora vivendo suas primeiras décadas como Estado soberano, experimentou um relativo crescimento econômico, tornando-se um centro financeiro e comercial do Oriente Médio. Mas esta prosperidade ocultava uma estrutura profundamente desigual, onde o Estado permanecia incapaz de integrar plenamente as regiões periféricas muçulmanas (xiitas e drusas). A influência crescente do nacionalismo árabe, impulsionado pelo presidente egípcio Gama Abdel Nasser, exacerbou as tensões entre os setores pró-ocidentais e os movimentos pan-arabistas (FISK, 2001, p. 74).

Em julho de 1958, houve o primeiro colapso do modelo confessional, quando tensões entre cristãos maronitas e muçulmanos ameaçaram o começo de uma guerra civil. O então presidente Camilla Chamou (1952-1958), maronita e acusado de favorecer os EUA e a França, enfrentou diversas revoltas armadas apoiadas por grupos nacionalistas árabes. O grande impasse era a mantimento das relações diplomáticas do governo libanês com as potências ocidentais, aos quais haviam dado apoio à Israel em 1956 durante a Crise de Suez, criando um atrito entre Chamou e Nasser, e a aproximação do Líbano ao Pacto de Bagdá, considerado pelo presidente egípcio como um tratado pró-ocidental e uma ameaça ao nacionalismo árabe. Os atritos internos levaram à uma intervenção direta de tropas estadunidenses, a pedido do governo libanês, sob o pretexto de proteger a ordem constitucional, sendo um episódio ao qual ficou

evidenciado a vulnerabilidade do Líbano frente à Guerra Fria e à dependência de garantias externas para manter sua estabilidade (TRABOULSI, 2012, p.129).

Nos anos 1970, essa fragilidade se aprofundou mais ainda com a chegada massiva de refugiados palestinos e o estabelecimento de bases da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em diversas localidades como no sul do Líbano (Ter, Abatei, Marjayoun, Bint Jbeil, Hasbaya e Arquib), na Beirute Ocidental (especialmente nos bairros de Sabra e Shatila) e de campos de refugiados no entorno da capital e ao norte do país (Bourj el-Barajneh, Ein el-Hilweh e Nahr el-Bared). Nesse contexto, o campo de Ein el-Hilweh se tornou em um dos principais centros militares e de logística da OLP em solo libanês. Esta grande imigração palestina está ligada ao “setembro Negro”, ocorrido entre setembro de 1970 a julho de 1971, onde, após a Guerra dos Seis Dias, a Jordânia havia recebido milhares de refugiados palestinos. Aproveitando o asilo, organizações palestinas como o Fatah, a FPLP (Frente Popular para a Libertação da Palestina), FDLP (Frente Democrática para a Libertação da Palestina) e o ELP (Exército pela Libertação da Palestina), sob a asa da OLP, começaram a lançar ataques do território jordaniano contra o território israelense. Os jordanianos, pressionados pelas nações ocidentais e pelo governo israelense e por receio de represálias por estes, em 16 de setembro de 1970, sob lei marcial, o rei Hussein conferiu total poder ao seu coronel, Muhammad Zia-ul-Haq, para que acabasse com os combatentes palestinos. Esses grupos receberam o ultimato de abaixar as armas e evacuarem as cidades jordanianas. Com quase um ano de combates, ceifando mais de 4.000 vidas, dentre elas palestinas, jordanianas e sírias, o exército jordaniano recuperou as cidades de Gérasa e Ajloun, últimos redutos da OLP, os expulsando para o Líbano.

A presença palestina alterou muito o equilíbrio político e militar interno libanês, atraindo hostilidade de Israel e de facções cristãs libanesas (FISK, 2001, p. 90). Tais tensões acumuladas culminaram na Guerra Civil Libanesa, iniciada em abril de 1975, com confrontos entre milícias cristãs e muçulmanas em Beirute.

Com muita rapidez, o conflito se internacionalizou. A Síria de Hafez al-Assad interveio em 1976 sob o mandato da Liga Árabe e ao lado das milícias muçulmanas, enquanto Israel de Yitzhak Rabin passou a apoiar milícias cristãs, e posteriormente, invadindo o sul libanês em 1978. A fragmentação do Estado foi completa: o governo central perdeu o controle sobre o território libanês, as instituições estatais colapsaram e milícias passaram a exercer funções de soberania local (TRABOULSI, 2012, p. 164). Nesse contexto, a ONU estabeleceu a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) com o objetivo de conter a escalada e supervisionar a retirada israelense (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 1978a).

## **2.2. Invasão israelense e a consolidação da presença internacional**

A criação da UNIFIL em 1978 não significou a pacificação por completa do sul do país. Em 1982, Israel lançou uma invasão em larga escala, em conjunto com a Frente Libanesa, as Falanges Libanesas e a Al-Tanzim – todas elas forças militares e milícias cristãs maronitas – contra os campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila e, em represália ao assassinato do recém-eleito presidente Bachir Gemayel, também contra os bairros da porção oeste da capital. A intervenção israelense e o massacre de civis nos campos de refugiados chocaram a opinião pública internacional e consolidaram a percepção do Líbano como um “Estado falido” antes mesmo da popularização do termo. O Líbano tornou-se o espelho das falhas do sistema internacional, onde todas as potências intervinham em nome da paz e saiam deixando ruínas (FISK, 2001, p. 122). Enquanto os massacres aconteciam na capital, os drusos dominam a região de Chouf, área montanhosa ao sul e leste de Beirute, expulsando as comunidades cristãs de lá. Após os massacres de Sabra e Chatila, tropas americanas chegaram ao Líbano com a missão de manter a paz, mas retiraram-se em fevereiro de 1984 devido à pressão internacional e à resistência árabe síria, libanesa e palestina.

Ao longo da década de 1980, o país foi dividido em zonas de influência controladas por milícias, potências regionais e forças estrangeiras. A presença síria se consolidou no centro e no Norte, enquanto o Sul permaneceu sob ocupação israelense e vigilância parcial da UNIFIL. Em 1985, temos, a assinatura, em Damasco, do cessar-fogo entre a milícia drusa (xiita), a milícia Amal (xiita e pró-Síria) e a Falange Maronita (cristã). O acordo foi boicoteado por setores da comunidade cristã, pelo Hezbollah (milícia xiita apoiada pelo Irã) e pelo Movimento Al-Murabitun (milícia sunita). Mesmo com a assinatura, a violência prosseguiu, com o sequestro de diversos estrangeiros e libaneses, o assassinato do primeiro-ministro Rashid Karami, em junho de 1987, e combates sangrentos nos subúrbios de Beirute. Amin Gemayel encerrou seu mandato em setembro de 1988, sem conseguir pacificar o país, transferindo seu poder a um gabinete militar liderado pelo general maronita Michel Aoun, gerando ainda mais descontentamento entre os muçulmanos.

No ano seguinte, 1989, houve uma nova reunião tripartite internacional que propunha uma carta de reconciliação nacional (Acordo de Taif) apoiada por EUA, URSS, França, Reino Unidos e pelos principais governos árabes da região. Em 22 de outubro, a Assembleia Nacional Libanesa, reunida em Taif, na Arábia Saudita, aprova a carta e determina a participação, em condições de igualdade de cristãos e muçulmanos no governo e no desarmamento das milícias,

exceto aquelas que participavam da resistência à ocupação israelense no sul libanês. O acordo reafirmou o sistema confessional, redistribuindo parcialmente os poderes políticos entre cristãos e muçulmanos e confirmado a presença militar síria como força de estabilização temporária (HUDSON, 1999 p. 92). No entanto, o cessar-fogo não significou o restabelecimento da soberania plena. A UNIFIL continuou a operar no Sul e Israel manteve sua ocupação até o ano de 2007.

### **2.3 - Um Estado fragmentado e a presença “permanente” da ONU**

O final da guerra deixou o Líbano politicamente reconstruído, mas social e institucionalmente esvaziado. A partir de 1990, a reconstrução foi conduzida pelo primeiro-ministro Rafik Hariri, cuja política de liberalização econômica transformou Beirute em um polo financeiro, mas também fez a desigualdade e a dependência externa se perpetarem. A soberania libanesa permaneceu limitada tanto pela influência síria quanto pela atuação contínua de forças internacionais no território.

A UNIFIL tornou-se então um ator político sem mandato político, cuja permanência reflete a dificuldade de o Estado libanês exercer autoridade sobre seu território.

Dessa forma, toda a trajetória histórica libanesa desde o Mandato Francês até o pós-guerra civil revela a mesma continuidade estrutural: um Estado que permanece dependente de arranjos externos e de equilíbrios sectários internos, sem que nenhum deles tenha conseguido estabelecer um consenso nacional duradouro.

## **3. A UNIFIL**

### **3.1. Mandato, Estrutura e Fases da Missão**

A Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) foi criada em março de 1978, por meio das Resolução 435 e 426 do Conselho de Segurança da ONU, em resposta à invasão israelense do sul do Líbano, durante a chamada “Operação Litani”. Esta missão tinha três objetivos principais: supervisionar a retirada das forças israelenses, restaurar a autoridade do governo libanês na região e auxiliar na manutenção da paz e da segurança internacional (UNITED NATIONS SECURITY CONCIL, 1978a; 1978b). Contudo, a complexidade do terreno político e militar libanês impôs severas restrições ao cumprimento desses objetivos.

A estrutura da UNIFIL é composta por três componentes principais: militar, civil e de cooperação com o governo libanês. O quartel-general da missão está localizado em Naqoura, no sul do país, e o comando militar é responsável por patrulhas terrestres e navais, observação de fronteiras e

mediação de incidentes. Desde 2006, com a Resolução 1701, a missão passou a incluir uma Força Marítima da ONU (UNIFIL Maritime Task Force), responsável por apoiar a Marinha libanesa na vigilância costeira e no combate ao tráfico de armas (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2006).

Apesar de o termo “interina” sugerir uma presença temporária, a UNIFIL permanece ativa há mais de quatro décadas, sendo uma das missões de paz mais longevas da ONU. Segundo dados das Nações Unidas, em 2024, a missão contatava com cerca de 10.400 militares de 48 países contribuintes, além de 800 civis locais e internacionais (UNITED NATIONS PEACEKEEPING, 2024). O comando da força é tradicionalmente exercido por oficiais europeus, e o contingente inclui forte presença de tropas da Itália, França, Espanha, Gana, Indonésia, Nepal e Índia – coincidentemente sendo países que mantêm interesse político ou estratégico no Oriente Médio. Ao longo da sua trajetória, o mandato da UNIFIL passou por três fases distintas. A primeira (1978-2000) foi de consolidação e sobrevivência, caracterizada por um papel predominantemente passivo diante da contínua presença israelense no sul do Líbano e das ações de milícias locais, como o Amal e o Hezbollah (MACHAIRAS, 2014). A segunda fase (2000-2006) inicia-se com a retirada israelense, quando a missão buscou afirmar um papel de monitoramento em áreas antes ocupadas, mas ainda sob grande tensão fronteiriça (PICARD, 2002). Sua terceira fase se inaugura após a guerra de 2006 entre Israel e o Hezbollah, momento em que o Conselho de Segurança aprova a Resolução 1701, o que representou uma expansão sem precedentes da missão, tanto em efetivo quanto em atribuições, passando de cerca de 2.000 para mais de 12.000 militares (BELLAMY; WILLIAMS, 2015). Assim, a missão passou a ter autorização para apoiar as Forças Armadas Libanesas (LAF) no sul do país e monitorar o cessar-fogo, com um contingente ampliado e melhores meios logísticos (UNITED NATIONS, 2006). Apesar dessa ampliação, persistem críticas quanto à sua limitada capacidade de dissuasão e à dependência de consentimento político tanto de Beirute quanto de Tel Aviv (BELLAMY; WILLIAMS, 2011).

Embora as resoluções do Conselho de Segurança reforcem o caráter de apoio e não de intervenção da UNIFIL, a missão tem sido alvo de críticas quanto à falta de resultados políticos duradouros. O papel da ONU no Líbano reflete a ambiguidade das operações de paz em contextos de conflito prolongado, assim, a UNIFIL se tornou parte da paisagem política libanesa, mais uma instituição entre tantas que administram a crise, sem resolvê-la (MAKDISI, 2019, p. 88).

### **3.2. Os Desafios Operacionais no Terreno**

Desde sua criação, a UNIFIL enfrenta um conjunto de limitações operacionais e políticas que reduzem sua capacidade de ação efetiva. A principal delas decorre da própria natureza do conflito libanês, marcado pela presença de múltiplos atores armados, fronteiras contestadas e forte ingerência

externa. O mandato restrito, isto é, aquele que impede o uso da força, salvo em legítima defesa, limita a missão à observação e mediação, sem poder coercitivo sobre as partes (DIEHL; BALAS, 2014).

Os relatórios anuais do Secretário-Geral da ONU destacam que as tensões entre Israel e o Hezbollah continuam a representar o maior desafio à estabilidade no sul do país. O relatório de 2023 afirma que a situação no sul do Líbano permanece volátil, com repetidas violações da Linha Azul e ataques pontuais que comprometem o cessar-fogo (UNITED NATIONS, 2023, p. 5). A UNIFIL nesse contexto, atua mais como mediadora do que como garantidora da paz.

A multiplicidade de atores armados (Hezbollah, as milícias maronitas), a indefinição das fronteiras – notadamente nas Fazendas de Shebaa – e a forte ingerência externa configuram um cenário no qual a missão enfrenta desafios de legitimidade e de efetividade. O mandato restrito, aprovado sob o Capítulo VI da Carta das Nações Unidas, impede o uso da força, salvo em legítima defesa, o que limita a atuação da UNIFIL à observação, mediação e contenção de crises localizadas, sem autoridade coercitiva sobre as partes envolvidas (DIEHL; BALAS, 2014). Essa limitação reflete o princípio de consentimento das partes – essencial às operações tradicionais de manutenção da paz –, mas que, no caso libanês, frequentemente se traduz em paralisação operacional diante de violações e escaladas de violência.

OS relatórios anuais do Secretariado-Geral da ONU destacam que as tensões entre Israel e o Hezbollah continuam a representar o principal obstáculo à estabilidade no sul do país. O Relatório de 2023 assinala que a situação permanece volátil, com repetidas violações da Linha Azul, sobrevoos israelense e ataques pontuais que comprometem o cessar-fogo e desafiam a autoridade da UNIFIL (UNITED NATIONS, 2023, p. 5). Em tais circunstâncias, a missão atua predominantemente como mediadora e observadora, buscando evitar o colapso do cessar-fogo, mas sem capacidade de impor medidas de desescalada (MACHAIRAS, 2014).

Um desafio recorrente neste cenário é o distanciamento entre a missão e a população local, fator decisivo e que afeta diretamente sua legitimidade social. Em aldeias como Bint Jbeil, Marjayoun e Kafr Kila, situadas ao sul do país e na área de operações da UNIFIL, a presença internacional é frequentemente percebida com ambivalência: ao mesmo tempo em que representa uma barreira à escalada do conflito, também é vista por parte da população como uma interferência externa limitada em sua eficácia (NORTON, 2007; UNITED NATIONS, 2023). As missões de paz tendem a gerar impacto social limitado quando não articulam segurança, reconstrução e inclusão comunitária. No caso libanês, a falta de programas consistentes de engajamento civil e a dependência de iniciativas paralelas de ONGs reduzem o alcance político da UNIFIL e alimentam percepções de alienação (PUGH, 2017).

Outro ponto de tensão a ser discutindo refere-se à cooperação com as Forças Armadas Libanesas (LAF). Embora o mandato da ONU preveja apoio à expansão da autoridade estatal, na prática esta parceria é enfrenta uma série de obstáculos significativos de ordem política, logística e institucional que comprometem a plena execução do mandato da missão no território libanês. Em primeiro lugar, a questão do problema da assimetria de capacidade operacionais. As LAF são uma força nacional com

recursos limitados, enfrentando dificuldades de financiamento, equipamentos e treinamento. A manutenção da presença no sul do país depende amplamente da assistência técnica e financeira estrangeira, principalmente dos Estados Unidos e da França (BALANCHE, 2020). Essa dependência reduz a autonomia do exército libanês e o torna vulnerável a agendas externas, o que, por sua vez, cria tensões na cooperação com a UNIFIL, cujo mandato exige neutralidade política.

Em segundo lugar, temos as restrições logísticas e territoriais, onde muitas áreas onde a UNIFIL atua – como as aldeias de Bint Jbeil, Kafr Kila e Marjayoun – são zonas de forte presença do Hezbollah. Nesses espaços, a atuação da LAF é frequentemente condicionada por acordos tácitos de não confronto, a fim de evitar choques diretos com o grupo. Essa limitação torna o Exército Libanês um ator de presença simbólica em parte da região, enquanto a UNIFIL assume tarefas de vigilância e intermediação. No entanto, essa divisão de funções gera sobreposição de competência e ambiguidades de comando, dificultando uma ação coordenada e efetiva entre ambas as forças (MACHAIRAS, 2014).

Em terceiro lugar, se persiste um estado de fragilidade institucional e política que reflete a própria configuração do Estado libanês. O sistema confessional – base do equilíbrio político do país desde o Acordo de Taif – dificulta a formulação de políticas de defesa unificadas, pois as decisões estratégicas tendem a ser medidas por divisões sectárias e pela influência de potências regionais. Com isso, o apoio estatal às operações da UNIFIL é condicionado por interesses domésticos e externos, o que impacta o nível de comprometimento das LAF com a plena implementação da Resolução 1701 (UNITED NATIONS, 2023).

E em quarto e último lugar, o problema da legitimidade local, onde, em muitas comunidades do sul libanês, especialmente aquelas sob influência do Hezbollah, a presença combinada entre UNIFIL e LAF é percebida com muita desconfiança. Enquanto a UNIFIL é vista como uma força estrangeira, associada à política ocidental, o Exército Libanês é frequentemente interpretado como fraco ou complacente diante das violações israelenses (NORTON, 2007). Essa percepção limita a cooperação no terreno, pois as LAF precisam equilibrar sua relação com a ONU e, ao mesmo tempo, preservar sua legitimidade nacional diante de uma população dividida quanto ao papel da comunidade internacional.

Isso mostra que essa cooperação está constantemente tensionada por estas limitações estruturais e políticas apresentadas, onde esses fatores fazem com que, na prática, a parceria funcione mais como um arranjo funcional de coexistência do que como uma aliança operacional integrada, restringindo o potencial da missão de consolidar a autoridade estatal e promover uma paz duradoura.

### **3.3. Cooperação e tensões com o Estado Libanês**

Desde o início de seu mandato em 1978, a relação entre a UNIFIL e o Estado libanês foi marcada por uma tensão estrutural entre cooperação e desconfiança, refletindo o dilema mais amplo entre soberania e tutela internacional. A presença de uma força multinacional em território libanês é vista, por um lado, como uma garantia de estabilidade e dissuasão diante de Israel; por outro, como um

lembrete permanente da fragilidade estatal e da incapacidade do governo central de exercer controle peno sobre todas as suas fronteiras (MAKDISI, 2000).

Durante as primeiras décadas de operação, a coordenação entre a UNIFIL e as Forças Armadas Libanesas (FAL) foi limitada. O Estado libanês, enfraquecido pela guerra civil (1975-1990) e pela subsequente ocupação israelense do sul do país, manteve presença militar restrita na região. Este vácuo de poder levou a missão da ONU a operar, por longos períodos, sem uma contraparte governamental efetiva exercendo, na prática, um papel substitutivo do Estado em questões de segurança e assistência humanitária (DIEHL; BALAS, 2014). Nesse contexto, o Hezbollah consolidou-se como principal ator de segurança e resistência no sul do Líbano, tornando-se, simultaneamente, aliado e desafio à autoridade estatal (NORTON, 2007).

A Resolução 1701 (ONU, 2006) buscou redefinir esses papéis ao reforçar a parceria entre UNIFIL e as FAL, instituindo patrulhas conjuntas e mecanismos de coordenação mais estreitos. Na prática, entretanto, o equilíbrio continuou precário. As autoridades libanesas valorizam o apoio logístico e de monitoramento da ONU, mas expressam reiteradamente a necessidade de respeitar a soberania nacional e coordenar todas as operações através das FAL (ONU, 2022). O debate atingiu um novo auge no ano de 2022, quando Beirute criticou patrulhas autônomas da UNIFIL, classificando-as como violações de mandato e ingerência indevida (UNITED NATIONS, 2022).

Esse tipo de atrito reflete o duplo papel da UNIFIL: estabilizar e, simultaneamente, supervisionar. A eficácia das operações de paz depende da legitimidade percebida por parte do Estado anfitrião; quando essa legitimidade é frágil, as missões correm o risco de serem vistas como instrumentos de tutela. No caso libanês, a UNIFIL se tornou um ator essencial para a manutenção da estabilidade o sul, mas sua permanência prolongada reforça a percepção de dependência externa (DOYLE, 2011). Desse modo, embora seja central para a garantia de estabilidade no Sul, a continuidade indefinida da UNIFIL alimenta a ideia de que o Líbano ainda não exerce plenamente sua soberania.

A cooperação entre a UNIFIL e o governo libanês também está condicionada a um contexto político profundamente dividido e sectário. Enquanto parte dos partidos da elite governamental, como o Forças Libanesas, o Kataeb e o Partido Progressista Socialista (PSP), consideram a missão um pilar de estabilidade e dissuasão, setores ligados ao Hezbollah, ao Movimento Amal e a Corrente Patriótica Livre (CPL) veem-na como um corpo estranho, mais sensível às pressões dos Estados Unidos, da França e de Israel (PICARD, 2022). Essa dualidade faz com que a UNIFIL precise equilibrar-se entre diplomacia e vigilância, evitando tanto a identificação excessiva com o Estado libanês quanto a ruptura com as comunidades locais, das quais depende sua legitimidade prática.

Em última instância, a relação entre a missão e o poder estatal libanês transcende a dimensão operacional e assume caráter essencialmente político e simbólico. A cooperação existe, mas é atravessada por um permanente jogo de legitimidade: para o Líbano, aceitar a presença internacional é também reconhecer sua vulnerabilidade; para a ONU, manter a missão é admitir que a estabilidade

libanesa ainda repousa sobre um equilíbrio frágil entre soberania e dependência internacional. Essa ambiguidade define não apenas os limites da ação da UNIFIL, mas também os contornos de um Estado cuja autoridade se constrói em diálogo — e em tensão — com a própria comunidade internacional.

## **4. Paz sob Tutela**

### **4.1. Resultados e Contradições da Presença Internacional**

A avaliação dos resultados da UNIFIL exige compreender a complexidade do contexto libanês e a natureza ambígua das missões de paz contemporâneas. Desde sua criação, em 1978, sua força tem desempenhado um papel crucial na contenção da violência no sul do Líbano, especialmente ao longo da fronteira com Israel. Apesar disso, os ganhos alcançados coexistem com uma série de contradições que limitam o impacto transformador da presença internacional. A missão contribui para evitar a escalada de conflitos, mas, ao mesmo tempo, reforça dinâmicas de dependência e soberania limitada, tornando a paz no Líbano uma paz sob tutela.

Em termos operacionais, a UNIFIL obteve êxitos notáveis na redução de confrontos diretos e na manutenção de canais de comunicação entre as partes envolvidas. Após a adoção da Resolução 1701 do Conselho de Segurança, em 2006, a região experimentou um período de relativa estabilidade e de diminuição dos incidentes transfronteiriços de grande escala (UNITED NATIONS, 2006). A criação de linhas diretas de comunicação e de mecanismo de mediação entre o Exército Libanês, o Hezbollah e as forças israelenses permitiram que situações potencialmente explosivas fossem contidas antes de se transformarem em conflitos abertos (BELLAMY; WILLIAMS, 2015). Essa capacidade de prevenção é frequentemente apontada como uma das principais contribuições da UNIFIL, uma vez que, na ausência da missão, o risco de escalada militar seria significativamente maior.

Apesar desses avanços, a efetividade da missão é, em grande medida, negativa, ou seja, ela impede a guerra, mas não constrói a paz. O mandato restrito, ao qual autoriza o uso da força apenas em legítima defesa, impede a UNIFIL de desarmar grupos não estatais ou de intervir coercitivamente contra violações de cessar-fogo (DIEHL; BALAS, 2014). Assim, a missão atua como observadora e mediadora, sem poder real sobre os atores armados, o que resulta em uma paz de baixa intensidade. Este tipo de estabilidade, embora reduza o número de mortos e destruições, não elimina as causas estruturais do conflito, nem promove um fortalecimento efetivo do Estado libanês. O resultado é a situação de contenção prolongada, na qual a ausência de guerra aberta convive com tensões constantes que se manifestam especialmente em torno da chamada *Blue Line* – linha de retirada traçada pela ONU em 2000 para certificar o fim da ocupação israelense no sul do Líbano. Mesmo não sendo uma fronteira internacional formalmente reconhecida, essa demarcação serve como referência operacional para UNIFIL, Israel e para o próprio Estado libanês. Pela sua natureza provisória e por atravessar diversos

vilarejos (Kfar Kila, Yaroun, Blida, Ghajar), terras agrícolas (Fazendas de Shebaa) e áreas de patrulhamento contestadas, fazendo da área um grande epicentro de recorrentes fricções. Os relatórios mais recentes do Secretário-Geral da ONU destacam violações frequentes, como incursões aéreas israelenses, posicionamento avançado de unidades armadas do Hezbollah e incidentes envolvendo civis, evidenciado que a estabilidade mantida pela missão permanece frágil e dependente de vigilância contínua. (UNITED NATIONS, 2022; UNITED NATIONS, 2023).

No plano político e institucional, a presença internacional no sul do Líbano teve efeitos contraditórios. Por um lado, ela garantiu ao Estado libanês tempo e espaço para se reorganizar após a guerra civil e a ocupação israelense, funcionando como um amortecedor político entre Beirute, o Hezbollah e Tel Aviv (MAKDISI, 2019). Por outro lado, essa mesma presença substituiu parcialmente funções estatais fundamentais, como o controle efetivo do território e a provisão de segurança. Com isso, criou-se um padrão de dependência institucional, em que a estabilidade local passou a depender da manutenção do contingente internacional (PUGH, 2017). A UNIFIL tornou-se, assim, um ator indispensável, mas cuja indispesabilidaade revela as fragilidades persistentes do Estado libanês.

Essa dinâmica de substituição e dependência foi acompanhada por uma relação ambígua entre a UNIFIL e o Hezbollah. Após a retirada israelense de 2000, o movimento xiita expandiu seu controle sobre o Sul e consolidou como principal provedor de segurança e assistência social na região (NORTON, 2007). A UNIFIL passou a operar em um ambiente onde o Hezbollah é simultaneamente parceiro de fato – no intuito de garantir a ordem local – e desafio direto à autoridade estatal. Temos então uma situação em que a legitimidade do Estado é preservada formalmente, mas seu exercício prático depende da tolerância e da intermediação de atores externos e locais, sendo esta a chamada “soberania supervisionada” (DOYLE, 2011).

No plano social, a presença da UNIFIL produziu efeitos igualmente ambíguos. Em muitas localidades do Sul, como Bint Jbeil, Naqoura e Marjayoun, observa-se um reconhecimento difuso de que a missão desempenha um papel estabilizador essencial, sobretudo ao atenuar riscos de escalada e ao viabilizar pequenas iniciativas de infraestrutura comunitária. Esses projetos, que incluem reparos em vias locais, apoio a escolas e serviços básicos, funcionam como instrumentos de confiança (*confidence-building measures*), contribuindo para a percepção de segurança humana e para a redução da volatilidade cotidiana. Contudo, sua escala limitada e o caráter assistencialista dessas intervenções também suscitam críticas, onde parte da população local vê tais iniciativas como paliativas, incapazes de promover desenvolvimento sustentável ou reduzir desigualdades estruturais, mantendo a dependência de arranjos externos e reforçando a assimetria entre necessidades locais e a capacidade operacional da missão. Entretanto, a percepção da outra parte da sociedade libanesa, especialmente entre simpatizante do Hezbollah e de setores nacionalistas, é de que a UNIFIL atua mais como instrumento de vigilância do que como promotora de segurança autônoma (PICARD, 2022). Essa ambiguidade mina a legitimidade local da missão e dificulta sua integração com programas de desenvolvimento sustentável, uma vez que

a comunidade tende a ver os esforços internacionais como distantes das prioridades econômicas e sócias mais urgentes (PUGH, 2017).

O caráter prolongado da presença internacional também acarreta consequências políticas. Ao garantir uma estabilidade mínima, a UNIFIL reduz os custos imediatos da inação política, o que desincentiva reformas estrutura no setor de defesa e governança. Missões desse tipo tendem a congelar o conflito em um estado de equilíbrio instável, em que a ausência de guerra é alcançada à custa da ausência de soberania plena. No caso libanês, essa contradição se expressa na própria necessidade de renovar anualmente o mandato da missão, o que transforma a exceção em norma e a intervenção em componente permanente da política doméstica (UNITED NATIONS, 2023).

Diante disso, uma ambiguidade estrutural das operações de paz contemporâneas se mostra evidente a luz da análise dos resultados da UNIFIL. Ela estabiliza sem transformar, protegendo sem empoderar e mantém a ordem sem necessariamente promover soberania. Analisando o caso libanês, ela representa um equilíbrio frágil entre segurança e autonomia, entre presença internacional e autoridade estatal, onde essa paz sob tutela, embora eficaz em evitar o colapso, mantém viva a dependência e o desequilíbrio que a própria missão pretende superar.

#### **4.2. A Missão e a Política Interna Libanesa**

A presença prolongada da UNIFIL não pode ser compreendida sem referência à complexa estrutura política do país, profundamente marcada pelo sectarismo e pela influência de potências externas. Desde o Acordo de Taif (1989), que encerrou formalmente a guerra civil, o sistema político libanês baseia-se na distribuição de cargos e poder entre as principais comunidades religiosas – maronita, sunita e xiita -, o que cria uma lógica de governança fragmentada e negociada (MAKDISI, 2000; PICARD, 2022). É neste contexto que a atuação da UNIFIL interage de forma direta com as disputas internas, se tornando parte de um campo político híbrido, em que a política doméstica e a intervenção internacional se sobrepõem e se condicionam mutuamente.

O verdadeiro e principal desafio consiste no fato de que a missão é simultaneamente um ator técnico e um ator político. Formalmente, a UNIFIL é encarregada de monitorar o cessar-fogo, apoiar as Forças Armadas Libanesas (FAL) e garantir o cumprimento da Resolução 1701 (UNITED NATIONS, 2006). Porém, suas operações produzem impactos políticos que vão além da segurança. O simples fato de uma força estrangeira operar no sul do Líbano – com autonomia logística e comunicação direta com o Conselho de Segurança – já interfere no equilíbrio de poder interno, sobretudo nas relações entre o governo central e o Hezbollah (DOYLE, 2011).

A divisão interna do Líbano amplifica essa tensão. O campo político libanês permanece polarizado entre dois grandes blocos: o Movimento 14 de Março, de orientação pró-occidental e anti-síria, composto por partidos como o Futuro (sunita) e as Forças Libanesas (cristã maronita); e o Movimento 8 de Março, alinhado ao Hezbollah e próximo ao Irã e à Síria (BALANCHE, 2020). Essa

cisão faz com que a percepção da UNIFIL varie conforme a posição política. Para o 14 de março, a missão é vista como uma garantia de estabilidade e contenção de Israel, sendo um instrumento necessária para evitar a escalada militar. Já para o 8 de Março, especialmente o Hezbollah, a UNIFIL é frequentemente percebida como uma extensão da política ocidental, especialmente dos interesses norte-americanos e europeus no Oriente Médio (NORTON, 2007).

Essas leituras divergentes se refletem na relação cotidiana entre a missão e as autoridades libanesas. O governo central, que busca equilibrar os dois campos, mantém oficialmente o discurso de apoio à UNIFIL, destacando seu papel na proteção das fronteiras e na cooperação com as FAL. Entretanto, na prática, há uma ambiguidade calculada: o Estado libanês utiliza a presença da ONU para conter pressões internacionais e evitar novos confortos, mas para evitar conceder à missão poder político ou autonomia excessiva, a fim de não confrontar diretamente o Hezbollah (MAKDISI, 2019).

Por parte do Hezbollah, a relação é igualmente estratégica. O grupo reconhece a utilidade da UNIFIL como elemento estabilizador – uma “zona-tampão” que reduz as chances de ofensivas israelenses em larga escala -, mas impõe limites claros à sua atuação. Isso se traduz em restrições de acesso a determinadas áreas e em uma constante vigilância sobre as patrulhas internacionais, especialmente aquelas que se aproximam de rotas logísticas ou depósitos de armas. Episódios de confrontos simbólicos entre civis simpatizantes do Hezbollah e patrulhas da ONU, como os registrados em 2018 e 2022, ilustram a tensão permanente entre cooperação funcional e resistência local (UNITED NATIONS, 2022).

No nível institucional, a UNIFIL busca mitigar essas tensões através da coordenação com as FAL, apresentando suas ações como complementares ao esforço estatal. As patrulhas conjuntas e o compartilhamento de informações são exemplos dessa tentativa de integração. Contudo, as operações de paz em contextos de soberania frágil tendem a reforçar desigualdades institucionais, onde o exército nacional é visto como dependente do apoio internacional, o que enfraquece a percepção pública de autoridade e autonomia (DIEHL; BALAS, 2014).

Além disso, a UNIFIL desempenha um papel indireto na disputa por legitimidade entre elites políticas libanesas. O financiamento e os contratos logísticos ligados à missão geram redes de influência econômica e política, beneficiando setores específicos do governo e das comunidades locais. Assim, este impacto da presença internacional não se limita à segurança: ele também se manifesta em dinâmicas clientelistas e redistributivas, que reproduzem o sistema de patronagem que caracteriza a política libanesa desde o período do mandato francês (PICARD, 2022).

No plano diplomático, a UNIFIL serve como um instrumento de política externa para o Líbano. Ao aceitar a presença da missão, o país sinaliza compromisso com a estabilidade regional e busca preservar sua imagem de ator cooperativo perante a ONU e os doadores internacionais. No entanto, essa cooperação tem um custo político interno, uma vez que é interpretada por parte da população como uma concessão à tutela estrangeira. O governo libanês, portanto, equilibra-se constantemente entre o apoio

público à ONU e o discurso nacionalista de defesa da soberania – uma tensão que sintetiza o dilema central da política libanesa contemporânea: depender do ajudar internacional sem parecer submisso a ela.

Assim, a UNIFIL não apenas reflete, mas também molda as dinâmicas políticas internas do Líbano. A sua presença estabiliza o país, mas, ao mesmo tempo, reforça as divisões entre os campos pró-ocidental e pró-resistência; fortalece o Estado em aparência, mas evidencia suas limitações em substância. O resultado é uma paz politicamente instrumentalizada, sustentada mais por equilibrações táticas do que por um consenso nacional genuíno. Pensando neste sentido, a missão no Líbano exemplifica o paradoxo das operações de paz contemporâneas, sendo indispensáveis para evitar o colapso, mas incapazes de substituir a construção interna de legitimidade e soberania.

#### **4.3. Soberania, Dependência e o Futuro da Presença Internacional**

É levantado um debate central, à luz da presença contínua da UNIFIL no Líbano, sobre os limites da soberania libanesa em contextos de dependência internacional. A permanência de uma missão estrangeira por mais de quatro décadas, mesmo que sob mandato da ONU, revela uma situação de “soberania supervisionada”, em que a autoridade formal do Estado coexiste com uma tutela política e securitária exercida pela comunidade internacional (MAKDISI, 2019; ZAHED, 2020).

Olhando através de um ponto de vista jurídico, o consentimento do Líbano à presença da UNIFIL assegura a legalidade da missão sob o princípio da soberania estatal. Todavia, do ponto de vista político, esse consentimento é altamente condicionado. O país aceita a missão não como expressão de poder, mas como necessidade – uma solução pragmática diante da incapacidade de garantir sozinho a segurança de seu território meridional. Com isso, a soberania libanesa, embora preservada no plano formal, se vê diluída em uma teia de dependências externas, sejam elas militares, financeiras ou diplomáticas (BELLAMY; WILLIAMS, 2020).

Essa dependência é agravada por dois fatores estruturais. O primeiro sendo a fragilidade das instituições estatais libanesas, as quais são incapazes de monopolizar o uso legítimo da força. O segundo seria a interferência de potências regionais e globais, que transformam o Líbano em um espaço de projeção de influências cruzadas – Israel, Irã, Síria, Estados Unidos e França operam, cada um à sua maneira, dentro do território e da política libanesa (PICARD, 2022). É nesta conjuntura que vemos a ONU se converter em um ator de equilíbrio, cuja presença estabiliza a superfície do sistema, mas não resolve as tensões estruturais que ameaçam o Estado.

As missões de paz prolongadas frequentemente produzem o que podemos chamar de “paz dependente”, onde seria uma paz que existe apenas na medida em que é sustentada por forças e recursos externos (RICHMOND, 2011; PARIS, 2004). No caso libanês, isso se manifesta na constatação necessidade de renovação anual do mandato da UNIFIL, aprovada pelo CSNU mediante complexas negociações

políticas. A cada renovação, portanto, mais se reafirma não apenas o compromisso internacional com a estabilidade do Líbano, mas, ao mesmo tempo, sua condição de vulnerabilidade política.

O dilema da soberania líbanesa também se expressa na tensão entre autonomia e tutela. A presença internacional oferece sim segurança e reconhecimento diplomático, mas impõe limites à autodeterminação. Essa contradição fica evidente na relação da UNIFIL com as FAL, onde, enquanto a cooperação entre ambas é formalmente apresentada como um esforço de fortalecimento institucional, na prática ela reforça a dependência operacional das FAL em relação ao suporte logístico e financeiro estrangeiro (DIEHL; BALAS, 2014). Por meio desta dinâmica, se cria uma assimetria que perpetua a fragilidade estatal e restringe a consolidação de um poder soberano efetivo sobre o território nacional.

Podemos pontuar ainda a questão da legitimidade da presença internacional, ao qual é constantemente contestada por setores da sociedade libanesa. Parte da população, especialmente em áreas xiitas, enxerga a UNIFIL como um instrumento das potências ocidentais e de Israel, e não como uma força neutra. Esta percepção limita a eficácia da missão, dificultando a construção de confiança entre a população local e as tropas estrangeiras. A ONU, por sua vez, procura equilibrar sua atuação entre os princípios da imparcialidade e da não ingerência, mas a própria estrutura de comando multinacional da UNIFIL, composta por um contingente majoritamente europeu, reforça a imagem de um corpo exógeno ao contexto libanês (MAKDISI, 2019; BALANCHE, 2020).

O caso libanês ilustra um modelo de governança internacional híbrida, em que a segurança e a soberania são coadministradas por instituições domésticas e internacionais. Isso não é algo exclusivo do Líbano, mas adquire ali uma forma particularmente visível devido à duração da missão e à multiplicidade de atores envolvidos. As operações de paz de longa duração tendem a se transformar em um tipo de “regime de administração compartilhada”, nos quais o Estado hospedeiro permanece formalmente soberano, mas substantivamente dependente da presença internacional para manter a estabilidade mínima (BELLAMY, 2020).

O futuro da presença da UNIFIL depende, basicamente, da capacidade do Líbano de reconstruir sua soberania em bases internas, implicando reformar suas instituições, reduzir a influência de atores armados não estatais e recuperar a confiança da sociedade civil no Estado. Ainda assim, diante da persistente crise econômica e política desde 2019, da explosão no porto de Beirute em 2020 e do agravamento das tensões regionais após 2023, esse cenário se mostra cada vez mais distante. A ONU, tem optado por manter a missão como uma “presença de contenção”, voltada mais à prevenção do colapso do que à promoção de uma paz sustentável.

Assim, é evidente a encarnação de uma contradição fundamental das intervenções internacionais contemporâneas pela UNIFIL: se apresenta como expressão, mas, ao mesmo tempo, também como limitação da soberania. Ela garante a sobrevivência do Estado libanês, mas o mantém preso a uma lógica de tutela; estabilizando o conflito, mas cristalizando a dependência. O futuro de uma possível paz no país dos cedros dependerá menos da duração da missão e mais da sua capacidade de

transformar sua dependência em autonomia, requerendo não apenas segurança, mas também desenvolvimento, legitimidade política e reconstrução nacional.

## 5 – Recomendações

As evidências reunidas ao longo deste *policy paper* indicam que realmente, a UNIFIL desempenha um papel indispensável na contenção de futuros conflitos de larga escalada no sul do Líbano, mas que, sozinha, esta contenção não produz transformação estrutural nenhuma. Por isso, será de grande importância esta seção, onde serão procuradas e articuladas medidas que combinem segurança, captação estatal, legitimação social e planejamento de transição, pensando numa lógica de curto, médio e longo prazo, onde sempre teremos atenção às limitações políticas e aos riscos de provocar reações adversas no terreno.

Em primeiro lugar, é imperativo e indispensável fortalecer as capacidades operacionais e institucionais das FAL, de forma sequenciada e condicionada a resultados mensuráveis. Não estamos falando de uma transferência súbita de responsabilidade, que criaria vácuos de segurança; pelo contrário, é recomendável que seja criado um programa de capacitação intensiva e articulada pela própria UNIFIL – onde serão abrangidos treinamento tático, logística, comunicações e inteligência de campo – cujo progresso seja aferido por indicadores claro (número de patrulhas mistas realizadas, percentagem de áreas com presença efetivas das FAL, tempo médio de resposta a incidentes). Por meio desta estratégia, teremos a finalidade de reduzir gradualmente a dependência operacional do contingente da ONU, sem comprometer a estabilidade imediata (DOYLE; SAMBANIS, 2006. DIEHL; BALAS, 2014). Mas, para que seja politicamente viável, será necessário uma integração deste esforço com um *package* de assistência que combine ajuda técnica com garantias diplomáticas por parte de doadores regionais e multilaterais, como a União Europeia (a maior doadora civil para o Líbano desde 2006), o próprio sistema ONU (PNUD, UNICEF, UNHCR, UN Women e UN-Habitat), FMI (de forma indireta; não financiando projetos militares, mas condicionando um ambiente macroeconômico), Qatar, Kuwait, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Turquia. Com o auxílio por parte destes doadores, estariam mitigando o risco de que o fortalecimento das FAL seja percebido como alinhamento com um bloco externo.

Em segundo lugar, as medidas de segurança devem ser integradas a um programa de estabilização socioeconômica orientado por prioridades locais. A experiência em zonas pós-conflito mostra que a construção de legitimidade passa pela entrega de bens públicos tangíveis e pela participação comunitária nas prioridades de reconstrução (PUGH, 2017). No caso do sul libanês, recomenda-se a implementação de corredores de investimento focalizados (infraestrutura viária e hídrica, reabilitação escolar, pequenas obras agrícolas) sendo articulados por meio de Plano Integrado de Estabilização Local coordenada pela ONU, pelo governo libanês, pelos doadores multilaterados e

por organizações da sociedade civil, como *Amel Association Internacional*, *Caritas Lebanon*, *Development for People and Nature Association* (DPNA), Cruz Vermelha Libanesa, LOST e a Al-Majmoua, aos quais possuem legitimidade social e capacidade operacional reconhecidas, e o *Lebanese Center for Policy Studies* (LCPS), *Search for Common Ground* e *Berghof Foundation*, aos quais poderiam assumir funções de monitoramento, mediação comunitária e desenho de políticas. Estes projetos devem ser concebidos e monitorados com indicadores de impacto social definidos em consultas públicas, de modo a criar mecanismo de responsabilização e visibilidade dos benefícios locais, reduzindo a percepção de que a presença internacional é apenas militar ou assistencialista.

Em terceiro lugar, a UNIFIL e o Conselho de Segurança devem buscar maior clareza e previsibilidade em torno do mandato operacional, definindo protocolos robustos para a resposta a incidentes na *Blue Line*. A vaga natureza de certos termos do mandato tem contribuído para interpretações divergentes entre as partes e para crises de confiança. Se recomenda a adoção de um manual operacional de respostas graduadas que delimita categorias de incidentes, como violações de movimento, incursões aéreas, confrontos armados, incidentes envolvendo civis, tempos de reação, procedimentos e notificação e escalonamento, e linhas de responsabilidade entre UNIFIL, FAL e interlocutores israelenses como o *Northern Command* das IDF, sua *Coordination and Liaison Administration* (CLA), os ministérios da Defesa e das Relações Exteriores e o *Border and Line of Contact Directorate*. A institucionalização de um Grupo Técnico Tripartite permanente, com representação de nível operacional, facilitaria a resolução imediata de incidentes e reduziria os erros de cálculo que costumam desencadear escaladas regionais (UNITED NATIONS, 2022; DIEHL; BALAS, 2014). A clareza operacional também protege as tropas de mandatos contraditórios e melhora a prestação de contas.

Em quarto lugar, é necessário intensificar a legitimação comunitária da missão por meio de um conjunto coordenado de ações de *civil-military cooperation* (CIMIC) com foco participativo. A UNIFIL deve institucionalizar mecanismo permanentes de diálogo com comunidades locais, como conselhos consultivos territoriais que reúnam chefes de aldeia, religiosos, ONG locais e representantes das FAL, para identificar necessidades e priorizar intervenções. Estas estruturas ajudam a mitigar percepções de distanciamento e a prevenir confrontos de baixa intensidade que corroem a confiança. Além disso, recomenda-se que os programas CIMIC sejam implementados por meio de parcerias com organizações civis libanesas (já mencionadas no terceiro ponto das resoluções) para garantir sensibilidade cultural e para evitar o reforço de redes clientelistas associadas a elites partidárias (PUGH, 2017; PICARD, 2022).

Em quinto lugar, deverá ser adotada uma estratégia clara e transparente de transição gradual da presença internacional, ancorada em metas verificáveis e revisões independentes. A ausência de um cronograma crível para redução progressiva das responsabilidades da UNIFIL alimenta discursos políticos que veem a missão ora como indispensável, ora como instrumentação externa. A proposta consiste em desenvolver um *roadmap* de transição por fases, divididas cinco fases: 1 - Preparação e

Avaliação Técnica Inicial (de 0 a 6 meses, para produzir diagnósticos confiáveis que orientem todo o mandato – mapeamento detalhado das áreas sensíveis, identificação de atores relevantes em nível político, militar humanitário e comunitário, avaliação das capacidade institucionais locais para segurança, governança, infraestrutura e serviços, priorização de riscos e a elaboração do Plano Operacional Inicial, com prognósticos, cenários e limites do mandato), 2 - Estabilização e Ações de Confiança; *Confidence-Bulding Measures* (de 6 a 18 meses, onde o objetivo central é reduzir tensões, prevenir escaladas e criar ambiente favorável ao diálogo político, por meio de estabelecimento de mecanismo de comunicação direta – *hotline* – entre autoridades israelenses, libanesas e representantes internacionais, criação de zonas de verificação conjunta com monitoramento internacional, compromissos de conter provações fronteiriças, com relatórios públicos regulares, implementação de protocolos de segurança para civis e abertura de corredores de acesso humanitário e o início de pequenos projetos comunitários de impacto rápido para gerar benefícios concretos que reduzam resistências políticas), 3 - Consolidação Institucional e Coordenação Multissetorial (de 18 a 26 meses, onde, com uma vez estabilizado o ambiente, a missão passa a apoiar ministérios e autoridades locais no fortalecimento institucional, o estabelecimento formalmente do Comitê Tripartite Permanente, Israel-Líbano-Organismo Internacional, para definir protocolos de segurança e desenvolvimento, coordenação com agências multilaterais, como a UNDP, UNHCR, OIM, Banco Mundial, União Europeia e a Liga Árabe, para a execução de programas estruturados, criação de Indicadores-Chave de Implementação (KPIs) para monitorar progresso de segurança, serviços públicos e reconstrução e o desenvolvimento de planos setoriais – saúde, educação, migração, gestão de fronteira, comércio transfronteiriços – em parceria com OSCs), 4 - Implementação Profunda das Reformas e Projetos Estruturante (de 36 a 72 meses, onde, agora com o ambiente mais previsível, se inicia a montar a agenda de longo prazo, onde nela temos a execução de grandes projetos de infraestrutura – estradas, energia, telecomunicações – financiados por doadores, reformas em segurança pública, controle fronteiriço e administração civil, estabelecimento de mecanismos permanentes de resolução de disputas fronteiriças, implementação de programas de reintegração socioeconômica de deslocados e refugiados, criação de centros conjuntos de dados e inteligência humanitária e a consolidação de cadeias de valor regionais que beneficiem áreas de fronteira), e por fim, 5 - Transferência Gradual de Competências e Desmobilização do Mandato (após 6-7 anos, onde, não há uma missão internacional bem-sucedida sem estratégia de saída, temos a avaliação técnica sobre a capacidade institucional consolidada, transferência progressiva de responsabilidades para ministérios locais, priorização de parcerias bilaterais e regionais – Israel-Líbano-ONU-EU – para substituição da presença operacional internacional, criação de um Mecanismo Permanente de Garantias e Monitoramento Pós-Missão e a desmobilização escalonada da missão, preservando continuidade das funções essências, onde, ao final, o objetivo é evitar a dependência externa e garantir sustentabilidade política. Serão formuladas avaliações bienais conduzidas por painéis externos de especialistas. Essas avaliações devem produzir relatórios públicos, com recomendações normativas

e técnicas, para dar transparência ao processo e permitir ajustes dinâmicos conforme o contexto evolu (PARIS, 2004; PUGH, 2017).

Em sexto lugar, agora olhando para o plano diplomático, a comunidade internacional precisa alinhar incentivos regionais para evitar que a retirada, ou uma mera redução, da UNIFIL abra espaços para conflitos. Isso passa por engajar atores regionais (em especial Síria, Irã e Israel) em fóruns discretos de gestão de crise, buscando acordos práticos de contenção ao nível operacional, mesmo que limitados em escopo. A experiência libanesa demonstra que a estabilidade duradoura exige, além de capacidade estatal, certo grau de acomodação entre potências regionais cuja descoordenação costuma reverter ganhos de curto prazo (MAKDISI, 2019; BALANCHE, 2020). Tal diplomacia de bastidores deve ser combinada com incentivos condicionados ao progresso institucional no Líbano, de forma a construir um ambiente internacional que favoreça a transferência de responsabilidades.

Concluindo, algo a se recomendar seria reforçar mecanismo de monitoramento, transparência e responsabilização da própria UNIFIL. Relatórios mais frequentes, avaliações de impacto social e auditorias operacionais independentes contribuiriam para aprimorar a prestação de contas perante o Conselho de Segurança, o governo libanês e as comunidades locais. A transparência reduz rumores e suspeitas, melhora a percepção de imparcialidade e facilita a identificação precoce de falhas operacionais e sociais que demandam correções. É imprescindível advertir que há riscos e limites práticos dessas recomendações. Qualquer tentativa de fortalecer as FAL ou de reconfigurar o mandato sem uma avaliação política prévia pode ser interpretada como parcialidade e provocar reação do Hezbollah ou de atores regionais. Projetos de desenvolvimento mal calibrados correm o risco de reforçar clientelismos locais ou de beneficiar elites urbanas em detrimento de áreas rurais sensíveis. Assim, todas as medidas propostas exigem planejamento político sensível, coordenação multilateral e condicionamento e avaliação de risco. Transformar a contenção proporcionada pela UNIFIL em um processo sustentável de reconstrução requer uma estratégia integrada que promova simultaneamente capacitação estatal, legitimação social, clareza operacional e diplomacia regional. É apenas dessa forma possível conceber uma saída que não gere vácuos de segurança e que, progressivamente, devolva ao Líbano a capacidade de gerir a sua própria paz.

## **6 - Conclusão**

A análise conduzida ao longo deste *policy paper* evidencia a ambiguidade estrutural da UNIFIL: ela é simultaneamente um pilar de estabilidade e um instrumento que limita a soberania plena do Líbano. Desde 1978, a missão emergiu como resposta à incapacidade estatal de controlar o território e gerir tensões no Sul, mas sua permanência ao longo de mais de quatro décadas revela o dilema central das missões de paz contemporâneas – ao mesmo tempo em que evitam a guerra, podem cristalizar dependências e tutelas externas (DIEHL; BALAS, 2014).

O percurso histórico reconstruído na primeira seção demonstra que essa fragilidade estatal é anterior à UNIFIL, estando enraizada na herança do Mandato Francês e no sistema confessional que fragmenta o poder e dificulta a consolidação de instituições nacionais (MAKDISI, 2000). Assim, a presença da ONU deve ser entendida não apenas como instrumento de segurança, mas como parte de um padrão histórico de soberania negociada.

As limitações do mandato da UNIFIL, discutidas na segunda seção, reforça essa condição. Seu caráter não coercitivo, a atuação restrita à mediação e a convivência com atores armados como o Hezbollah reduzem sua capacidade de alterar estruturalmente o equilíbrio local (UNITED NATIONS, 2023). A cooperação com as FAL – simultaneamente necessária e politicamente sensível – evidencia a tensão entre dependência operacional e afirmação de autoridade estatal.

No terceiro capítulo, foi observado que essa dinâmica produz uma “paz sob tutela”, onde a ONU reduz a probabilidade de conflito aberto, mas não enfrenta as causas estruturais da instabilidade, como a fragmentação interna e disputas regionais. Como resultado, o Líbano torna-se um “Estado de soberania limitada”, cuja estabilidade repousa mais na diplomacia multilateral do que em capacidades autônomas de governança (PICARD, 2022).

À certa desse cenário, a continuidade da UNIFIL não é apenas desejável, mas necessária, principalmente para evitar uma escalada violenta. O desafio reside em converter essa presença tutelar em um processo gradativo de fortalecimento institucional, no qual a ONU deixe de ser gestora da segurança e passe a atuar como parceria da reconstrução estatal. A sustentabilidade da paz no Líbano dependerá, portanto, da capacidade de transformar a estabilidade externa em um projeto interno de autonomia e resiliência.

## 7. Referências Bibliográficas

- BALANCHE**, Fabrice. *Géopolitique du Liban*. Paris: La Découverte, 2020.
- BALANCHE**, Fabrice. *The Hezbollah Phenomenon: A Geopolitical Perspective*. Washington, DC: The Washington Institute for Near East Policy, 2020.
- BELLAMY**, Alex J.; **WILLIAMS**, Paul D. *Understanding Peacekeeping*. 3. ed. Cambridge: Polity Press, 2015.
- DIEHL**, Paul F.; **BALAS**, Alexandru. *Peace Operations*. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2014.
- DOYLE**, Michael W. *Liberal Peace: Selected Essays*. New York: Routledge, 2011.
- FISK**, Robert. *Pity the Nation: Lebanon at War*. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- HUDSON**, Michael C. “The Precarious Republic Revisited: Reflections on the Collapse of Lebanon, 1975–1989.” *The Middle East Journal*, v. 53, n. 1, p. 76–95, 1999.
- MACHAIRAS**, Maria. “The United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL): Lessons Learned from 1978 to 2014.” *Journal of Peace Operations*, 2014.
- MAKDISI**, Karim. “UNIFIL II: International Peacekeeping and Local Politics in South Lebanon.” In: **MAKDISI**, K.; **PRASHAD**, V. (eds.). *Land of Blue Helmets: The United Nations and the Arab World*. Berkeley: University of California Press, 2019.
- MAKDISI**, Karim. *U.N. Peacekeeping and the Lebanese State*. Beirut: American University of Beirut Press, 2000.
- MAKDISI**, Ussama. *The Culture of Sectarianism: Community, History, and Violence in Nineteenth-Century Ottoman Lebanon*. Berkeley: University of California Press, 2000.
- NORTON**, Augustus Richard. *Hezbollah: A Short History*. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- PARIS**, Roland. *At War's End: Building Peace after Civil Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- PICARD**, Elizabeth. *Lebanon: A Shattered Country – Myths and Realities of the Wars in Lebanon*. New York: Holmes & Meier, 2022.
- PICARD**, Elizabeth. *Le Liban contemporain: Histoire et société*. Paris: Fayard, 2022.
- PUGH**, Michael. “Peacekeeping Economies: Local and International Consequences.” *International Peacekeeping*, v. 24, n. 3, p. 377–400, 2017.

- RICHMOND**, Oliver. *A Post-Liberal Peace*. London: Routledge, 2011.
- SALIBI**, Kamal. *A House of Many Mansions: The History of Lebanon Reconsidered*. Berkeley: University of California Press, 1988.
- TRABOULSI**, Fawwaz. *A History of Modern Lebanon*. 2. ed. London: Pluto Press, 2012.
- UNITED NATIONS**. *Report of the Secretary-General on the implementation of Security Council Resolution 1701 (2006)*, S/2023/568. New York: United Nations, 2023.
- UNITED NATIONS**. *Report of the Secretary-General on the implementation of Security Council Resolution 1701 (2006)*. New York: United Nations, 2022.
- UNITED NATIONS PEACEKEEPING**. *UNIFIL: United Nations Interim Force in Lebanon – Facts and Figures*, 2006
- UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL**. Resolution 1701 (2006). S/RES/1701. New York: United Nations, 11 ago. 2006.
- UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL**. Resolution 426 (1978). S/RES/426. New York: United Nations, 19 mar. 1978.
- UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL**. Resolution 425 (1978). S/RES/425. New York: United Nations, 19 mar. 1978.
- ZAHED**, Rami. “The UNIFIL and the Politics of Sovereignty in Lebanon.” *Middle East Policy*, v. 27, n. 3, p. 65–82, 2020.